

## Resposta a Zagorin \*

*F. R. Ankersmit*

Como toda disciplina, a filosofia da história tem uma história própria. Se quisermos, podemos rastreá-la no passado até chegarmos à escrita da história em si. Autores clássicos, a partir de Hesíodo, versaram sobre a natureza e a função do texto histórico<sup>1</sup>. Se considerarmos, então, a longa história da filosofia da história, uma característica nos prenderá a atenção. Quero falar sobre sua falta de autonomia. Ou seja, o seu desenvolvimento e, particularmente, as metamorfoses mais conspícuas que sofreu, no curso de sua longa existência, sempre dependeram do que acontecia fora da filosofia da história em si. Ela jamais possuiu grande ímpeto próprio e normalmente limitava-se ao uso do campo dos *insights* já obtidos no pensamento histórico.

Portanto, durante boa parte de sua existência, a filosofia da história foi um apêndice da teologia cristã. Em um estágio ulterior, após a secularização da interpretação teológica do passado, ela se apresentou sob a forma de teorias do progresso histórico. Mais uma vez, não se baseava na história nem no pensamento histórico, mas sim em doutrinas sobre a razão dialética (Hegel), a razão científica (Condorcet, Comte) ou sobre a natureza racional do homem (Kant). Se analisarmos nossa época, veremos que a filosofia da ciência determinou a filosofia da história durante as primeiras décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. É irônico que a pretensa “filosofia crítica da história” tenha tido vida mais curta que qualquer predecessora, apesar de sua crença de haver finalmente munido a filosofia da história com o tipo certo de perguntas após tantos séculos de especulações inúteis. Pois, menos de trinta anos após sua gênese, esta última teve de ceder espaço a uma filosofia da história que se utiliza das ferramentas da teoria e crítica literárias. A única exceção que encontramos à regra geral de que a filosofia da história não possui ímpeto ou autonomia próprios foi o historicismo alemão, tal como o desenvolveram Ranke, Humbolt, Droysen ou Meinecke. É portanto característico da pouca tendência que ela tem de

equilibrar-se sobre suas próprias pernas que seus filósofos tenham esnobado o historicismo. E não menos característico que este último tenha sido aniquilado pela ética (na “crise do historicismo”) e pela filosofia da ciência (na filosofia crítica da história do chamado período pós-II Guerra), portanto, por duas subdisciplinas filosóficas notoriamente hostis ao pensamento histórico.<sup>2</sup>

Podemos então perceber as várias fases na história da filosofia da história, onde cada uma é governada pela aliança entre esta e alguma outra disciplina. A título de conveniência, me referirei aos “paradigmas” da filosofia da história. Mas deve-se dizer imediatamente que o termo “paradigma” é enganoso, já que na história da ciência suas mudanças se originam e explicam através do desenvolvimento autônomo de uma ciência, enquanto na filosofia da história são dadas pelas concepções dos mais influentes filósofos da história do que seria uma nova e diferente “ciência-tronco”. Recomeça-se tudo em tais casos. E se o debate entre os adeptos de diferentes paradigmas científicos já é prejudicado pela falta de territórios em comum, não é difícil imaginar as dificuldades enfrentadas para um debate significativo que transponha as fronteiras de dois paradigmas diferentes na filosofia da história. Em tais situações acusações impotentes de radicalismo e de conservadorismo intelectual são facilmente trocadas; da mesma forma, podemos esperar que os adeptos de paradigmas diferentes considerem as questões intelectuais dos outros como fúteis e pouco profundas. O filósofo especulativo de história que busque o significado da história não sentirá nada além de desprezo pelo filósofo crítico da história, absorto nas técnicas do “modelo oficial” ou com o “argumento da conexão lógica”. É portanto apenas natural que o professor Zagorin deva considerar o pós-modernismo “superficial”, “com pouca substância” e irrelevante para os problemas reais do desenvolvimento do texto histórico.

Esta é a razão da minha discordância com Zagorin. Seu interesse em questões de verdade histórica, evidência e causalidade; sua insistência repetida na fronteira essencialmente não-problemática entre fato histórico e ficção; o seu estilo de pensar; tudo contribui para evidenciar que sua argumentação é feita sob o paradigma modernista, mais especificamente dentro da filosofia crítica da história. Além do que, convenientemente, Zagorin

já descreveu sua posição como “modernista”. Como então conduzir esta discussão, me perguntei, face ao ataque eloqüente, persuasivo e perspicaz de Zagorin a meu ponto de vista pós-moderno? Eu poderia dizer-lhe que a visão modernista está desgastada e que se encontra em tal situação que seria melhor mudarmos de debate, já que (como o diria Rorty) a atividade intelectual dentro deste velho paradigma, que rendeu frutos em sua época, finalmente rendeu-se à lei dos retornos decrescentes. Poderia enumerar a Zagorin uma série de *insights* pós-modernos sobre a natureza do texto e poderia então mostrar como teóricos tais como Hayden White, Dominick LaCapra e Hans Kellner<sup>3</sup> usaram estes *insights* para alertar-nos sobre características até então desapercibidas dos textos históricos. Mas temo que tal caminho não surtiria efeito em meu debate com Zagorin. Ele responderia, não irracionalmente, que tal resposta incorre em petição de princípio. Além de, ao envolver os autores acima mencionados no ataque que me fez Zagorin, os faria sofrer pela associação, o que não seria uma forma educada de recompensá-los pelos serviços a mim prestados. Portanto, adotarei outra estratégia. Partirei de pressupostos “modernistas” — que, pelo menos, não sejam necessariamente incompatíveis com o ponto de vista modernista — e, através de um raciocínio “modernista”, chegarei a conclusões pós-modernistas. Tenho confiança nesta estratégia pelo fato de que, ao adotá-la, estarei refazendo o mesmo caminho que me levou, nos últimos anos, de convicções modernistas (isto é, historicistas)<sup>4</sup> a uma posição pós-modernista<sup>5</sup>.

No início de nosso caminho do modernismo ao pós-modernismo está o texto (histórico). Deste podemos afirmar duas coisas. Primeiramente, que os textos históricos consistem de (muitos) enunciados individuais. Estes têm muitas funções diferentes no texto histórico, mas parece ser irrefutável dizer que a maioria deles alega ser uma descrição precisa de algum fato ocorrido no passado. Os historiadores formulam estes enunciados baseados em evidências descobertas em arquivos ou outros lugares, sendo esta evidência disponível tanto agora como no futuro, o que determinará a verdade ou falsidade dos enunciados em questão. Em segundo lugar, com a exceção de áreas como a arqueologia ou a história antiga, as evidências disponíveis ao historiador permitiriam-lhe situar muito maior número de

enunciados verdadeiros do que as que se encontram de fato em seus textos. Nem são questões de arbitrariedade a maneira pela qual são formulados estes enunciados e seu destaque no texto. Entre todas os enunciados que os historiadores poderiam fazer sobre esta parte relevante do passado, eles selecionam *qua* conteúdo descritivo e *qua* formulação dos enunciados que finalmente decidam mencionar em seus livros ou artigos — poderia dizer-se que a elaboração do texto histórico requer do historiador uma política quanto ao enunciado, e que o texto é o resultado desta política. A razão do cuidado neste processo de seleção é que estes enunciados, quando considerados em conjunto, determinam uma “imagem” da parte do passado escolhida e que para o historiador esta imagem não é menos importante que os enunciados que a compõem.

Podemos, portanto fazer as seguintes observações sobre os enunciados do texto: (1) eles se referem a e descrevem partes do passado, podendo ser ou verdadeiros ou falsos; (2) eles definem (usarei este termo em relação ao termo técnico “individualizar”, a não ser confundido com “identificar”) a “imagem do passado” que os historiadores gostariam de passar para seus leitores. Dois comentários devem ainda ser adicionados. Em primeiro lugar, na prática é difícil saber exatamente quais são os enunciados que individualizam a identidade de uma “imagem do passado”. Os historiadores (incluindo este autor) podem discordar sobre como se constitui o conjunto, e se porventura existe um consenso em uma dada época, este pode mudar ao longo do tempo, como o demonstra a história do texto histórico. Discutirei mais adiante este problema de identificação (em oposição ao da individualização) de qual “imagem do passado” foi proposta e de qual seria o conjunto de enunciados envolvidos neste processo. Não obstante as dificuldades que venhamos a ter para encontrar o conjunto em questão, não existe dúvida sobre a existência de *algum* conjunto que individualiza a “imagem do passado” em pauta.

Em segundo lugar, tudo de essencial e importante no texto histórico (tanto na teoria quanto na prática) não pode ser encontrado no patamar dos enunciados individuais, mas sim no da política adotada pelos historiadores na seleção destes enunciados que individualizam sua “imagem do passado”. Aqui encontramos o que estimula o debate histórico e o que

determina nossa noção de passado. Dizer coisas *verdadeiras* sobre o passado é fácil — qualquer um pode fazê-lo —, porém dizer as coisas *certas* sobre o passado é difícil. Isto requer, realmente, *insight* histórico e originalidade. Portanto, se quisermos dizer algo que valha a pena sobre o desenvolvimento de textos históricos devemos manter nossas reflexões teóricas focadas nestas “imagens de passado” e não sobre os enunciados individuais (ou subconjuntos de) e o que estes dizem sobre o passado.

Esta última observação me traz para a fase mais crucial de toda minha argumentação. Por razões que não precisam ser repetidas aqui, em outro texto chamei estas “imagens de passado” de “substâncias narrativas”.<sup>6</sup> O eixo sobre o qual tudo gira é, portanto, o quanto estamos ou não preparados para reconhecer estas substâncias narrativas como entidades lógicas junto a outras entidades lógicas tais como sujeito, predicado, conceito teórico, alegação etc., que já conhecemos da lógica filosófica. Se estivermos, todas as extravagâncias pós-modernas que provocaram a ira de Zagorin seguirão como resultado. Se não o estivermos, permaneceremos enclausurados dentro do escopo dos conceitos modernistas e dentro de sua matriz de argumentação. Se levarmos a sério o texto e suas substâncias narrativas, nos tornaremos pós-modernistas; se enxergarmos apenas os enunciados permaneceremos modernistas. Ou, para colocar esta questão em forma de *slogan*, o enunciado é modernista e o texto (histórico) é pós-modernista.<sup>7</sup>

Reconheço não ser nada fácil demonstrar a necessidade de pautar esta nova entidade lógica e que muito mais deve ser dito a seu respeito do que posso dizer aqui.<sup>8</sup> Restrinjo-me a responder à objeção intuitiva mais óbvia à introdução desta noção. Pode-se argumentar que a substância narrativa é uma entidade supérflua já que tudo que pudermos dizer a respeito de textos em termos de substâncias narrativas pode também ser dito em termos de enunciados. Minha resposta inicial seria que aquilo que os enunciados realmente nos dizem a respeito dos textos e de como estes diferem entre si pode ser visto meramente como os sinais de outra diferença, melhor dizendo, de uma diferença em termos de substâncias narrativas. A discórdia termina aqui, é claro, em um impasse, desde que nenhum argumento adicional possa ser feito em favor deste último ponto de vista que diga que uma diferença mais profunda também estaria envolvida. Este outro argu-

mento é o de que sem esta noção de substância narrativa torna-se impossível dizer qual seria a questão nos debates entre historiadores sobre interpretação histórica, e por que o esforço do historiador ultrapassa meramente o de escrever enunciados verdadeiros — como é o caso do texto histórico.

Mais uma vez, alguns comentários são necessários. Em primeiro lugar, deve-se notar que já que qualquer (subconjunto de) enunciado(s) que possamos usar para individualizar uma substância narrativa pode também fazer parte de outra substância narrativa, então a conclusão é que o que chamo de substâncias narrativas podem ser individualizadas apenas por meio de uma enumeração de todas as suas propriedades (eis por que a constituição metafísica do universo das substâncias narrativas é diferente do nosso).<sup>9</sup> Repito que explicarei mais adiante as alegações envolvidas.

Em segundo lugar, segue que enunciados sobre substâncias são sempre verdadeiros analiticamente, não contingentemente. Cada enunciado sob a forma “N1 é p” (onde N1 é o nome de uma substância narrativa que se refere a uma substância narrativa específica e onde p é um enunciado contido nesta substância narrativa) é verdadeiro analiticamente, já que o enunciado não poderia ser verdadeiro se seu N1 fosse falso; enquanto enunciados sobre objetos de nosso universo apenas são contingentemente verdadeiros se forem verdadeiros. Isto implica que o chamado “princípio do predicado de noção” de Leibniz, de acordo com o qual qualquer predicado pode ser derivado dos termos-sujeitos da proposição, é correto para alegações do tipo “N1 é p” que expressem o significado narrativo dos enunciados do texto.<sup>10</sup>

Para individualizar a substância narrativa proposta em um texto histórico, devemos compreender cada enunciado relevante deste como “N1 é p1” ... pn” (onde N1 significa a substância narrativa em questão e p1...pn é o conjunto dos enunciados relevantes). Enunciados do tipo “N1 é p” expressem o que eu chamaria de significado narrativo dos enunciados individuais do texto, em contraste com seu significado descritivo (isto é, sua capacidade de descrever o passado). A necessidade de ler p1...pn como “N1 é p1” ... “N1 é pn” se quisermos apreender o significado narrativo do texto explica o caráter auto-referencial do texto histórico ao qual Zagorin faz objeção como sendo “extremamente pouco apropriado e uma ruptura ino-

portuna do texto histórico”. Mesmo assim, sem esta auto-referência do texto (como uma série de enunciados) ao próprio texto (como propondo uma substância narrativa), não teríamos interpretações do passado. Sem este auto-referencialismo o texto imediatamente se desintegraria em uma incoerência sem significado; a auto-referência é realmente a “condição transcendental” para que o *insight* histórico seja possível.<sup>11</sup> Também encontramos a explicação para a opacidade do texto histórico: do ponto de vista do seu significado narrativo o texto não é transparente em relação ao passado, mas chama a atenção do leitor sobre si mesmo; ao fazer isto obscurece o passado em si — uma tendência reforçada pela “meta disciplinar” do texto histórico de efetivamente substituir o passado pelo texto (para uma maior elaboração desta afirmação, ver minha interpretação da representação histórica abaixo). E isto pode dissipar as preocupações de Zagorin sobre o caráter intensificado do texto histórico. Esta intensificação do texto deve relacionar-se ao objeto ao qual este se refere quando consideramos sua dimensão de auto-referencialidade. Este objeto está longe de ser acidental: mudá-lo significa mudar a natureza da acepção do passado dada pelo historiador. Portanto, sem intensificação nenhuma imagem ou interpretação do passado seriam possíveis.

Vejamos estas substâncias narrativas com maior atenção. Podemos perguntar qual seria a relação entre a substância narrativa e o passado por ela representado. Pode ser esclarecedor dar um contexto a esta questão. Às substâncias narrativas não são normalmente atribuídos nomes próprios, mas vez por outra os ganham na história do texto histórico. Podemos pensar em termos ou noções tais como “Revolução Industrial” ou “Guerra Fria”. Obviamente, com tais noções teremos de lidar com interpretações ou representações do passado, isto é, com substâncias narrativas. Qual seria, então, a relação existente entre estas noções e o passado em si? O modernista sem dúvida procurará por um tipo de correspondência entre a noção em questão e alguma parte do passado, ou então creditaria esta noção à capacidade de descrever esta parte do passado. Esta seria a forma, suponho, pela qual Walsh ou Mink (aos quais devemos muitas contribuições valiosas para a análise do tipo de questões que agora discutimos)<sup>12</sup> olhariam para esta questão. Do meu ponto de vista, porém, estas noções de-

vem ser vistas como os *nomes* de substâncias narrativas e, portanto, no que concerne a referência ou correspondência, deve ser negada a estes nomes a capacidade de se referir a qualquer coisa fora do texto histórico; se referem a substâncias narrativas (isto é, a uma série de alegações contidas por e internas ao texto). O que certamente não significa que elas sejam completamente sem relacionamento com o passado em si: na série de enunciados aos quais se refere o nome da substância narrativa, faz-se menção ao passado.

Investiguemos agora a referência das substâncias narrativas em si, isto é, não a de seus nomes. Esta deve ser identificada com o conjunto de alegações que expressem significado narrativo (em contraste com o significado descritivo) das alegações relevantes no texto histórico, donde o conjunto “N1 é p1”...”N1 é pn”. Segue que o referente da substância narrativa deve ser a substância narrativa em si, já que é o referente do nome N1 — uma conclusão que não nos surpreenderá após o que dissemos sobre o auto-referencialismo da linguagem narrativa. Portanto, a substância narrativa é um objeto lingüístico ao qual podemos nos referir, seja em enunciados usando seu nome, no caso de possuir um, seja em enunciados que expressem o significado narrativo do texto histórico, mas este nunca se refere a nada diferente ou fora de si mesmo. Substâncias narrativas são verdadeiros “buracos negros” semânticos no universo da linguagem que usamos.

Podemos ver este problema sob outra perspectiva. Supondo que tenhamos dois ou mais textos sobre aproximadamente o mesmo tópico da história e queiramos decidir entre eles. Como os construtivistas Oakeshott, Goldstein ou Stanford<sup>13</sup> já demonstraram com sucesso, não nos é dado um passado ao qual possamos comparar estes textos para descobrir qual corresponde a este passado e qual não. Pode-se concluir a partir de sua argumentação construtivista que o passado, como o complexo referente do texto histórico como um todo, não tem papel no debate histórico. Do ponto de vista da prática histórica este passado referencial é epistemicamente uma noção inútil — algo como a engrenagem à qual se refere Wittgenstein, que roda em uma máquina mas que não interfere no funcionamento desta. Textos são tudo o que temos, e podemos apenas comparar textos com outros textos. Se procuramos a melhor explicação do passado, devemos nos perguntar em qual destes textos a evidência histórica disponível foi utilizada



com maior sucesso. Mas nunca poderemos testar nossas conclusões comparando o texto eleito com o passado em si. Portanto, as substâncias narrativas não se referem ao passado, nem se requer tal referência do ponto de vista do debate histórico.

Podemos colocá-lo assim. Quando falamos sobre a realidade com enunciados de constatação simples como “o gato está deitado no tapete”, existe um número de convenções semânticas que regulam o significado, verdade e referência desta alegação. A maneira pela qual estas convenções — significado, verdade e referência — se agrupam é um problema enormemente complicado que inspirou a maior parte da filosofia do século vinte. Mas estas convenções semânticas estão conspicuamente ausentes quando usamos o tipo de noções históricas que estamos a investigar; portanto neste estágio não podemos falar propriamente de verdade, falsidade, referência ou não referência. Podemos dizer, porém, que estas noções históricas ou substâncias narrativas são signos lingüísticos muito complexos cuidadosamente construídos pelos historiadores para estipular tal convenção semântica com um propósito muito específico (isto é, para relacionar palavras a coisas no caso desta parte específica do passado). E, realmente, caso uma substância narrativa com o significado exato a ela atribuído por um historiador fosse tornar-se aceita universalmente por todos os historiadores e mesmo por não-historiadores, poderíamos dizer que uma nova convenção foi introduzida na linguagem para relacionar palavras a coisas. Mas enquanto tal consenso universal não for atingido (e nenhuma palavra completou ainda a transição do discurso histórico para o coloquial), podemos apenas dizer que uma convenção semântica tenha sido proposta pelo historiador. Isto pode, portanto, nos induzir a ver as substâncias narrativas essencialmente como propostas para conectar coisas com palavras.<sup>14</sup> A implicação é que — e aqui respondo a outra objeção de Zagorin — no patamar do texto e interpretação históricos, não podemos propriamente usar as palavras verdade ou falsidade. Pois podemos dizer muito sobre qualquer enunciado — por exemplo, que ele rendeu frutos, é bem embasado, inteligente, que vai direto ao ponto (ou não), e assim por diante, mas não que sejam verdadeiros ou falsos. Como o podem demonstrar meus exemplos de como caracterizar enunciados, o fato de que estes possam ser falsos

ou verdadeiros não implica que boas razões possam ser dadas a favor ou contra um dado enunciado. O mero fato de não podermos rotular substâncias narrativas ou interpretações narrativas como verdadeiras ou falsas não nos deixa de mãos vazias no debate histórico.<sup>15</sup> É uma falácia tão tola quanto perigosa acreditar que podemos ou devemos restringir a interpretação e argumentação históricas ao que possa ser dito com verdade sobre o passado baseado em evidências disponíveis...

Já que a identidade das substâncias narrativas é dada por outras substâncias narrativas propostas por historiadores ao longo do tempo, segue que a identidade da substância narrativa é algo sobre o qual nunca teremos idéias muito claras ou definidas. Sua identidade dependerá do conjunto disponível de substâncias narrativas consideradas de importância central pelos historiadores e aqui as opiniões podem divergir, ainda mais, quando no decorrer do tempo outras novas substâncias narrativas sejam propostas, o conjunto existente irá variar. Mas sempre a identidade destas irá permanecer presa entre duas “descrições extremas”: uma na qual apenas uma substância narrativa está presente, e a outra na qual há uma infinidade delas se sobrepondo completamente, com a exceção de pelo menos um enunciado para cada substância narrativa (e em caso tão extremo esta pode ser reduzida a apenas este enunciado). É interessante notar também a semelhança deste argumento com o de Saussure, no qual este diz que o significado de um signo é determinado pelas suas diferenças em relação a outros signos. “Uma linguagem é um sistema”, diz Saussure “no qual todos os elementos se encaixam e no qual o valor de qualquer elemento depende da coexistência simultânea de todos outros”.<sup>16</sup> O pós-modernismo francês — seja como teoria lingüística, crítica literária ou como teoria sociológica (Bourdieu) — é essencialmente uma variação infundável desta melodia saussuriana. Não me pronunciarei a respeito dos frutos, muito menos da validade, das alegações saussurianas nestes campos, mas me restrinjo a repetir a asserção de que a identidade das substâncias narrativas é determinada pelo sistema de diferenças obtido no conjunto das substâncias narrativas da qual faz parte uma substância narrativa. O que me possibilita responder à reclamação de Zagorin de que eu não havia esclarecido como e por que o paradoxo do mentiroso seria aplicável ao desenvolvimento do texto histórico. A respos-

ta é a seguinte. Em primeiro lugar, precisamos perceber que, no contexto do debate histórico, as substâncias narrativas se polarizam em posição de exclusão mútua: se aceitarmos esta substância narrativa devemos *eo ipso* rejeitar a(s) outra(s). Em segundo lugar, estas outras são necessárias para identificarmos a substância narrativa que aceitamos. Visões do passado que *rejeitamos* são, portanto, parte integral da identidade desta visão de passado que *aceitamos*. Donde podemos justificadamente dizer que uma visão do passado, ou substância narrativa, é o que ela não é. O paralelo com o paradoxo do mentiroso é óbvio.

Agora veremos a discussão de causalidade de Zagorin. Ele me criticou por haver substituído por heurística (o que nos leva a procurar por causas?) o sentido factual dos acontecimentos na realidade, onde a causa sempre precede o efeito. E com um exemplo que soa decisivo ele deseja demonstrar que os efeitos nunca precedem suas causas (como eu havia sugerido). Ainda assim, mesmo num nível de exemplos relativamente retilíneos, como os propostos por Zagorin, a questão não é tão simples quanto ele crê. Nas teorias da causalidade costuma-se distinguir entre condições suficientes e condições necessárias. A é condição suficiente para B se cada A for acompanhado por um B; A é condição necessária para B se cada B for acompanhado por um A. Existe, portanto, uma relação de simetria entre causas suficientes e necessárias, o que significa que se A é condição suficiente para B, então B é condição necessária para A, e vice-versa. Então, se existe relação causal entre dois eventos, A e B, e se A for condição necessária de B, podemos concordar com Danto quando este conclui que “uma condição suficiente para um evento pode, portanto, ocorrer em um tempo posterior ao do evento”.<sup>17</sup>

Outra consideração que nos leva a resultados similares é a de que podemos descrever eventos de forma tal que, graças a esta redescrição, a seta da causalidade se vira na direção oposta à que Zagorin pensa que ela deve sempre apontar. Danto cita o seguinte exemplo. Pode-se dizer que a descoberta do heliocentrismo por Copérnico em 1543 foi a causa do evento que podemos corretamente descrever com o enunciado “em 270 Aristarco antecipou-se a Copérnico ao descobrir o heliocentrismo”.<sup>18</sup> Sem a posterior descoberta do heliocentrismo Aristarco não poderia ter-se antecipado a esta descoberta. Mais uma vez, a causa vem depois do efeito.

Frases como esta, que podem ser ditas rotineiramente mesmo dentro dos paradigmas modernistas, já são uma resposta decisiva às perguntas de Zagorin. Mas eu não terminarei aqui, e olharei com maior atenção seu argumento pelo qual eu confundo heurística com o curso factual dos eventos. Suponhamos que se pergunte qual a causa, por exemplo, da “Revolução Industrial” ou da “Guerra Fria”. Devemos agora lembrarmo-nos de que estes termos não se referem a uma realidade histórica fora dos textos, mas sim a substâncias narrativas. Isto significa que tais questões não são sobre as causas de um estado de coisas complexo que ocorreu no final do século dezoito ou então depois da II Guerra Mundial, mas sim sobre a causa de uma noção ou substância narrativa. Suponho que não poderíamos interpretar uma questão tão assumidamente estranha de forma diferente do que a questão do porquê algum historiador decida propor esta substância narrativa em particular. E esta é, precisamente, a questão heurística que Zagorin diz que não devo perguntar.

Sem dúvida, agora será objetado que algo deve ter acontecido de errado aqui; nenhuma pessoa sensata interpretaria a questão de qual é a causa da Revolução Industrial como uma questão de por que um historiador defendeu uma interpretação específica do passado. E eu concordo. Mas se algo aconteceu de errado é porque o linguajar causal foi usado, aqui, fora do espectro de abrangência de sua aplicação correta. A linguagem causal deve restringir-se ao patamar do enunciado; apenas neste estágio podem ser descritas relações de causalidade entre situações descritas por enunciados individuais.<sup>19</sup> Esta linguagem pode levar apenas à confusão e a afirmações não fundamentadas se introduzidas no patamar do texto e da substância narrativa. Quem pergunta pelas causas da Revolução Industrial pede, de fato, uma interpretação narrativa convincente que cubra tanto o período do início desta revolução e o período que o precede imediatamente, não o isolamento de dois eventos históricos (complexos) que possam ser relacionados por algum mecanismo causal.<sup>20</sup> Esta última estratégia consegue, no máximo, resultar em uma relação conceitual entre duas substâncias narrativas diferentes (uma para o anterior, outra para o outro período); tais relações conceituais podem resultar apenas em verdades *de dicto* e não *de re* (quando é somente este último o interesse no caso de explicações causais).<sup>21</sup>

Na verdade, quando lemos com atenção livros como os de Immanuel Wallerstein ou Theda Skocpol, vemos que o que nos é apresentado como relação causal já está implícito nas noções principais usadas por estes autores.

Agora chego às questões que podem ser mais facilmente tratadas. Zagorin pergunta-se como pode o “estilo gerar conteúdo”. Pense em uma pintura de Van Eyck como sendo diferente de uma de Fragonard. Pode-se observar que enquanto Van Eyck sempre busca retratar um grande número de pequenos detalhes com a maior fidelidade, Fragonard nunca procura tais “efeitos de realidade”, para tomar emprestada a terminologia de Barthes. É claro que esta é uma diferença importante entre os estilos destes pintores, mas é também uma questão de conteúdo.<sup>22</sup> O pintor que adotar o estilo de Van Eyck irá pintar coisas diferentes (conteúdo) do que Fragonard. Portanto, o estilo gera conteúdo. Não é difícil transpor este *insight* para o desenvolvimento do texto histórico. Um pouco acima, discuti a dificuldade de identificar as substâncias narrativas propostas nos textos históricos devido a sua qualidade intrínseca de vagueza e sua dependência da presença de outras substâncias narrativas. Estou convencido de que o estilo é um instrumento útil se quisermos transpor estas dificuldades. Categorias estilísticas são como uma rede que nos permite pescar as interpretações e substâncias narrativas propostas pelos historiadores. O artigo de Hayden White sobre Foucault e o de Hans Kellner sobre Braudel são as melhores ilustrações disto que penso.<sup>23</sup>

Zagorin ataca minha visão do caráter intensificado do texto histórico por meio de uma argumentação que crê ser possível “parafrapear ou resumir uma obra de história sem alterar sua substância ou significado” — uma possibilidade que minha tese sobre intensificação efetivamente elimina. Porém, acho difícil crer que Zagorin realmente ache que, por exemplo, o resumo de Gay ou de Gossman da obra *Decline and Fall* de Gibbon tenham exatamente o mesmo significado que o original. E assim fosse, poderíamos poupar nosso valioso tempo e lermos apenas “resumos” em vez do trabalho original. Suponho, então, que Zagorin admita que existe alguma diferença. Mas se sempre existirá uma diferença entre o significado do trabalho original e seus “resumos”, quais destas diferenças de significado excederão nosso critério para a identidade do significado e quais não (para

que estejamos suficientemente justificados ao falarmos de uma identidade de significado). É claro que neste problema está precisamente o sentido do que é o texto histórico (ou, neste caso, o desenvolvimento da escrita da história do texto histórico). Por exemplo, quando Zagorin fala sobre Hobbes, ele nos dá uma “paráfrase” ou “resumo” da obra de Hobbes, que julga ter aproximadamente o mesmo significado que o original. Outros estudiosos de Hobbes nos dariam “paráfrases” diferentes, que também pretendem reproduzir o “significado” da obra deste grande homem. A identidade do significado, aqui, não é um *dado*, mas um *problema*. Temo, portanto, que quando Zagorin fala tão coloquialmente sobre “paráfrases” que resumem “uma obra histórica sem alterar sua substância ou significado”, ele esteja incorrendo em petição de princípio precisamente no ponto onde termina a especulação vaga e a história (ou a história do texto histórico) decola.

Além disto, faço objeção a esta idéia da identidade do “significado” tanto da obra *Decline and Fall* de Gibbon quanto, por exemplo, do estudo brilhante realizado por Gossman sobre esta obra. Tudo que temos são seqüências de palavras e frases em livros como o de Gibbon, de um lado, e interpretações destas seqüências de palavras e frases em livros (incluindo um do próprio autor) do outro. Se formos falar sobre o “significado” da obra *Decline and Fall* de Gibbon nós estaremos, de fato, nos referindo a uma destas interpretações (em muitos casos orgulhosamente apresentadas como idênticas à do próprio Gibbon), mas não a alguma essência oculta na obra de Gibbon. Esta essência oculta, a qual temos em mente quando falamos no “significado” da obra de Gibbon é uma noção epistemologicamente tão inútil quanto a noção “do” passado que discutimos acima — é uma outra engrenagem de Wittgenstein, uma que não interfere em nada, na máquina. Não estou sendo indevidamente relativista ou cínico a respeito da profissão de historiador, estou meramente colocando quais são os fatos e dizendo que um debate significativo nesta profissão pode ser tanto conduzido quanto analisado filosoficamente sem a necessidade de recorrermos a este tipo de lero-lero epistemológico.

Em outro ponto, Zagorin sublinha que a “necessidade de integração e de síntese(s) é maior e mais importante do que nunca”. Concordo in-

teiramente: sou um partidário tão ardente da integração e da síntese históricas quanto o é Zagorin. Mas a questão aqui não são nossos sonhos de um futuro feliz. A questão é se a historiografia contemporânea está indo em direção da fragmentação e não da síntese. Percebo que o diagnóstico de Zagorin concorda com o meu quando digo que atualmente a fragmentação supera a síntese. Como Zagorin não menciona minha explicação desta tendência na historiografia contemporânea (mesmo que esta tenha sido a tese central do meu artigo), suponho que não discordamos neste ponto.<sup>24</sup>

No final de sua polêmica com meu texto Zagorin contrasta desfavoravelmente minhas colocações com as de Huizinga, quando este último insta os historiadores a encaixarem-se nas normas científicas relevantes. Porém, nem neste artigo nem no que foi criticado por Zagorin recomendei que o historiador “abandonasse normas cognitivas vigorosas, métodos críticos exigentes” e assim por diante. Foi, e ainda é, minha posição, porém, que, ao atingirmos o patamar da interpretação histórica, tais padrões não nos serão muito úteis. Aqui nós “ultrapassamos”, apesar de não sermos “contra”, tais normas científicas — fato que caracterizei como a-cientificismo e não anti-cientificismo do texto histórico...

Contra a insinuação bem tramada de Zagorin de que eu vejo a história com desprezo, me aventuro a dizer que meu argumento pelo qual questionar o uso da história é cometer um erro de categoria demonstra mais respeito pelo historiador do que uma pessoa que, como Zagorin, acredita ser significativa a questão da utilidade da história. Discussões sobre utilidade sempre requerem um pano de fundo mais amplo contra os quais elas possam ser comparadas. Para mim, porém, a história faz parte deste pano de fundo e é, portanto, mais uma régua em questões de utilidade do que aquilo está sendo medido.<sup>25</sup>

No início de seu artigo, Zagorin enumera três características do pós-modernismo. Pergunto-me se a maioria dos pós-modernistas se reconheceriam neste retrato de Zagorin. Talvez tenham reservas quanto a sua associação do pós-modernismo com o historicismo e à crença da inevitabilidade histórica. Mas, já que o termo é vago — diria que é um bom exemplo de substância narrativa — e que cada um pode, portanto, ser sua própria forma de pós-modernista, não irei contrariar esta afirmação de Zagorin. Se puder me permitir uma liberdade similar, porém, direi que para mim o pós-

modernismo é, acima de tudo, uma teoria da escrita. Isto é, não tanto uma teoria da interpretação como a hermenêutica, mas sim uma teoria dos efeitos (não intencionais) da escrita interpretativa como os encontramos na teoria literária e, é claro, na escrita histórica.

Zagorin rejeita minha alegação de que a escrita interpretativa da história gera ainda maior quantidade de textos, com o resultado não intencional de que estas obras aumentam mais do que diminuem nossa distância do que tratava o texto (o que formulei como a alegação de que o texto histórico tende a tomar o lugar do texto original). Zagorin também reconhece o fenômeno da superprodução histórica, mas prefere um ponto de vista mais sangüíneo. Compara a recente explosão na produção de textos históricos às ciências, onde o mesmo vem ocorrendo nas últimas décadas sem causar o tipo de efeitos colaterais não intencionais que observei na história. Seu próprio relato, porém, demonstra que esta comparação com as ciências é indevida.

Meu ponto de partida é a sua asserção confiante de que a história conhece interpretações históricas que “vieram a ser largamente aceitas” e que finalmente foram reconhecidas pelos historiadores como “uma parte estabelecida de nosso conhecimento do passado”. E, inocentemente, Zagorin ainda diz ao chegar a este feliz consenso, que “isto pode não durar”. Este último deve ser uma exposição incompleta, suponho, pois quando ele oferece uma exposição da história recente do debate sobre a filosofia política de Hobbes, nos mostra um quadro que contradiz sua confiança otimista no paralelismo entre história e ciência. Gostaria de pedir a Zagorin que ele me dissesse qual a ciência onde — à imagem do debate sobre Hobbes que ele nos mostrou — através de uma, duas ou ainda várias décadas, teorias mutuamente incompatíveis coexistam mais ou menos pacificamente (isto é, onde nenhum cientista tenha a impressão de que algo fora do normal ou dramático esteja acontecendo) e onde finalmente estas desapareçam para ceder lugar a uma pluralidade de novas teorias, apenas para talvez reaparecerem em algum momento futuro, quando um revisionista inteligente talvez decida retomar alguma. Sem considerarmos um certo número de semelhanças que não pretendo negar, existe uma quantidade de diferenças conspícuas entre as ciências e a história que não podemos nos



dar ao luxo de não considerar se estivermos buscando uma avaliação realista e não tendenciosa desta última.

A diferença entre a história e as ciências mais relevante no contexto desta discussão pode ser identificada se utilizarmos o conveniente conceito de “caixa preta”<sup>26</sup> de Bruno Latour. Na ciência, este conceito é tão universalmente aceito que nenhum cientista se dá mais ao trabalho de “abrir” a caixa para testar seu conteúdo (apenas nas raras ocasiões em que a ciência se encontra num impasse completo é que se pensa em reconsiderar as caixas pretas). A ciência progride através da produção de caixas pretas. A história, pelo contrário, em contraste com o que suponho ser a visão de Zagorin, não conhece caixas pretas. Como o demonstra suficientemente sua abordagem do debate sobre a filosofia política de Hobbes, a discussão aqui não produziu uma caixa preta. Isto explica minha alegação, atacada por Zagorin, de que a escrita da história gera sempre novas interpretações sem jamais chegarmos a uma conclusão (caixa preta).

Esta noção de caixa preta pode ainda ser útil. Zagorin diz que o debate histórico (como aquele sobre Hobbes) sempre se desenvolve estreitamente associado ao texto original e que ele sempre nos remete de volta ao texto (de Hobbes) em si. Isto é indubitavelmente correto: no caso de discordâncias de interpretação o texto em si será o ponto de partida tanto para a razão do debate em si como também para o desenvolvimento de novas interpretações. Mas este fato prejudica mais que justifica a asserção de Zagorin de que os historiadores possam testar a “validade” (seu próprio termo) de suas interpretações, como o faz a ciência. Pois os cientistas validam suas discussões traduzindo-as em termos das caixas pretas aceitas por todos eles; é na direção destas caixas pretas que refazem o caminho em suas discórdias para descobrir quem é o certo e quem é o errado (é claro, mais discórdias podem aparecer sobre qual o conjunto correto de caixas). A realidade física não é, certamente, uma destas caixas-pretas; caixas-pretas são teorias e são os instrumentos do progresso científico. Em muitos casos, mas não todos, um apelo à realidade física simplesmente incorrerá em petição de princípio. Conseqüentemente, quando Zagorin (corretamente) diz que o debate histórico nos leva de volta ao *texto* — a contrapartida da história à realidade física do cientista — e não a uma caixa-preta histórica, ele não pode-

ria ter colocado mais claramente aonde procurarmos as diferenças essenciais entre história e ciência.

Se existe então uma diferença na forma de condução dos debates históricos e científicos, podemos nos perguntar como os historiadores chegam a acordos em suas disputas. Como é a argumentação lógica na historiografia? Mais uma vez utilizo a noção de substância narrativa — naturalmente, já que esta é a corporificação do tipo de *insight* (evito deliberadamente a palavra conhecimento pela sua afinidade com noções do tipo verdade, falsidade etc.) característico da escrita histórica. Podemos então dizer que, no texto, a meta do historiador é constituir um objeto lingüístico, a substância narrativa, nos termos pelos quais ele espera que entendamos o passado...

Imagino que a maior parte dos leitores do artigo justo e pertinente de Zagorin deve ter concluído que eu havia me colocado em uma posição bastante difícil e que haveria pouco que eu pudesse fazer além de tentar recolher alguns escombros do naufrágio. Espero que esta resposta tenha convencido a estes leitores que o meu caso não é tão desesperançado como eles haviam imaginado inicialmente. A medida do quanto fui bem-sucedido nisto é a prova da necessidade de postular a entidade lógica que chamo de substância narrativa. Que a linguagem narrativa possui o *status* ontológico de objeto; que é opaca; que é auto-referente; que é intensificada e, portanto, intrinsecamente estética; que o significado narrativo de um texto (histórico) não é possível de ser decidido, em um sentido importante desta expressão e que tem até as marcas da autocontradição; que o significado narrativo pode ser identificado apenas na presença de *outro* significado (intertextualidade); que no que concerne ao significado narrativo o texto se refere, mas não a uma realidade fora de si mesmo; que os critérios de verdade ou falsidade não se aplicam a representações históricas do passado; que podemos falar com propriedade de causas e efeitos somente no patamar das alegações; que a linguagem narrativa é metafórica (tropológica) e portanto encarna uma proposta de como devemos olhar o passado; que o texto histórico é um substituto do passado ausente; que representações narrativas do passado têm uma tendência à desintegração (especialmente face a representações rivais do passado);<sup>27</sup> que todas estas alegações pós-

modernas tão surpreendentes e até repulsivas ao modernista podem ser justificadas de maneira formal e até “modernista” se estivermos preparados para desenvolver uma lógica filosófica adequada para lidarmos com a substância narrativa. E justificação aqui não tem a conotação de recomendação. Não desejo aplaudir nem condenar nada. A lógica narrativa não tem outro propósito além de ajudar a compreensão.

Se, porém, os modernistas e Zagorin fizerem objeções ao estilo argumentativo de vários pós-modernistas, não discordarei deles. É verdade que freqüentemente encontramos em textos pós-modernistas argumentos pobres e não convincentes, questões técnicas superficiais e jargões obscuros. Além do núcleo de argumentação e a extensão dos textos pós-modernistas serem freqüentemente inversamente proporcionais. De forma metafórica, a história de que em cada homem gordo há um magro que gostaria de aparecer é quase paradigmaticamente verdade sobre o pós-modernismo. Mas estou convencido de que por baixo da gordura pós-moderna realmente existe o homem magro e que deveríamos ouvi-lo, já que ele pode nos dizer muito que não sabíamos e que o modernista nunca se deu ao trabalho de nos dizer sobre o texto (histórico).

*(Traduzido do original em inglês por Aline Lorena Tolosa)*

## Notas

\* Originalmente publicado em *History and Theory*, v. 29, pp. 275-296, out. 1990.

<sup>1</sup> Para uma catalogação de alegações teóricas de autores clássicos, ver F. Wagner, *Geschichtswissenschaft* (Munich, 1966), 8-41.

<sup>2</sup> Para um desenvolvimento deste tema, ver F. R. Ankersmit, *De navel van de geschiedenis* (Groningen, 1990), introdução.

<sup>3</sup> H. White, *Metahistory: The historical Imagination in nineteenth Century Europe* (Baltimore, 1973), *Tropics of Discourse* (Baltimore, 1978), e *The Content of the Form* (Baltimore, 1978); D. LaCapra, *History and Criticism* (Ithaca/London, 1985); H. Kellner, *Language and Historical Representation* (Madison, 1989); no último livro, os capítulos 1,3,7,8 e 9 são especialmente representativos do tipo de *insight* que tenho em mente.

<sup>4</sup> A tese surpreendente que o historicismo não seria um ataque mas, pelo contrário, um novo ponto culminante na história do Ilustrado programa “modernista” foi defendida por Gadamer; ver H. G. Gadamer, *Wahrheit und Methode* (Tübingen, 1973), 185-205.

<sup>5</sup> Se o historicismo for transformado de uma teoria sobre temas históricos como nações, povos ou indivíduos em uma teoria sobre termos linguísticos que usamos para falar desses

temas históricos, o resultado é o pós-modernismo. O pós-modernismo é a versão nominalista do historicismo.

<sup>6</sup> F. R. Ankersmit, *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (The Hague, 1983), 96-104.

<sup>7</sup> Condono, portanto, certa abordagem pós-moderna sobre o enunciado, conforme pode ser comumente visto em textos pós-modernos. Concordo inteiramente com Louch em sua crítica a Barthes sobre as supostas ambigüidades encontradas na frase "segunda-feira. Volto amanhã. Jean Louis." Ver A. Louch, "Does Deconstruction Make Any Difference?", *Philosophy and Literature* 10 (1986), 330, 331.

<sup>8</sup> Ankersmit, *Narrative Logic*, 104-40.

<sup>9</sup> *Ibid.*, 116-18.

<sup>10</sup> Para uma exposição da lógica de Leibniz como o cerne da lógica narrativa, ver Ankersmit, *Narrative Logic*, 140-55.

<sup>11</sup> A forma pela qual a substância narrativa organiza o conhecimento do passado como expressão de enunciados individuais sobre o passado lembra a noção de símbolo de Cassirer. Este atribuiu ao símbolo a capacidade transcendental de organizar o pluralismo da experiência em uma unidade perceptiva que Kant sempre atribuiu ao eu transcendental. Ver S. W. Itzkoff, *Ernst Cassirer: Philosopher of Culture* (Boston, 1977), capítulo 4.

<sup>12</sup> W. H. Walsh, "Colligatory Concepts in History", in *Studies in the Nature and Teaching of History*, ed. W. H. Burston and D. Thompson (Londres, 1967); L. O. Mink, *Historical Understanding*, ed. Brian Fay, Eugene O. Golob e Richard T. Vann (Ithaca/Londres, 1987); ver, especialmente, os capítulos 2, 3, 6 e 9.

<sup>13</sup> M. Oakeshott, *Experience and Its modes* (Cambridge, 1978), capítulo 3; L. Goldstein, *Historical Knowing* (Austin/Londres, 1976); e *The Constitution of the Historical Past, History and Theory*, Beiheft 16 (1977); M. Stanford, *The Nature of Historical Knowledge* New York, 1987), 114-15.

<sup>14</sup> F. R. Ankersmit, "The Use of Language in the Writing of History", in *Working with Language*, ed. H. Coleman (Berlin, 1989), 57-83.

<sup>15</sup> De forma geral, podemos dizer que devemos usar as palavras verdadeiro ou falso apenas ligadas às alegações da narrativa. Desta regra geral devem ser excluídas, porém, alegações que contenham os nomes de substâncias narrativas. Por outro lado, seria pedante proibir o uso destas palavras no caso de narrativas muito simples. Ver Ankersmit, *Narrative Logic*, 178, 179.

<sup>16</sup> F. de Saussure, *Course in General Linguistics*, translated and annotated by Roy Harris (Londres, 1983), 113.

<sup>17</sup> A. C. Danto, *Analytical Philosophy of History* (Cambridge, 1968), 155; F. R. Ankersmit, *Denken over geschiedenis* (Groningen, 1986), 160-3.

<sup>18</sup> Danto, *Analytical Philosophy*, 156.

<sup>19</sup> Uma síntese brilhante dos últimos desenvolvimentos do pensamento teórico sobre explicações causais na história socioeconômica é o de C. L. Lorenz, *De constructie van het verleden* (Amsterdam, 1987).

<sup>20</sup> Ankersmit, *Narrative Logic*, 154-5. Ver também M. Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge* (Londres, 1977), 49-53 para um argumento assemelhado.

<sup>21</sup> Ankersmit, *Narrative Logic*, 144.

<sup>22</sup> N. Goodman, *Ways of Worldmaking* (Hassocks, 1978), 26. Não é necessário dizer que não segue que todas as diferenças de estilo são também diferenças de conteúdo e vice-versa: “apenas *alguns* traços do que foi dito contam como aspectos de estilo; apenas certas diferenças características do que foi dito constituem diferenças de estilo”. Ver Goodman, *Worldmaking*, 26, 27.

<sup>23</sup> H. White, “Michel Foucault”, in *Structuralism and Since*, ed. J. Sturrock (Oxford, 1979), 81-116; N. Kellner, “Disorderly Conduct: Braudel’s Mediterranean Satire”, *History and Theory* 18 (1979), 187-222, reimpresso em *Language and Historical Representation* (Madison, 1989), 153-89.

<sup>24</sup> Para outra abordagem desta fragmentação da disciplina histórica ver F.R. Ankersmit, *The Reality Effect in the Writing of History* (Amsterdam, 1989).

<sup>25</sup> Uma tentativa interessante de ligar o problema do uso da história com o do papel dos valores na escrita histórica, ver C. Lorenz, “Het gewicht van de geschiedenis: Over het waardeprobleem in de geschiedwetenschap”, *Kennis en methode* 14 (1990), 129-63.

<sup>26</sup> B. Latour, *Science in Action* (Stoni Stratford, 1987), especialmente a introdução.

<sup>27</sup> Para uma explicação desta tendência de desintegração das representações narrativas, ver F. R. Ankersmit, “Het verhaal in de filosofie”, in *Op verhaal komen*, ed. F. R. Ankersmit, M. C. Doeser e A. Kibédi Varga (Kampen, 1990).